

**PUBLICITAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO
QUE APROVA OS TERMOS E CONDIÇÕES PARA A CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES
FORMADORAS HABILITADAS A MINISTRAR OS CURSOS DE FORMAÇÃO
COMPLEMENTAR EM CADASTRO PREDIAL PREVISTOS NA PORTARIA N.º 380/2015, DE
23 DE OUTUBRO**

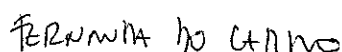
- 1) Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, torna-se público que é dado início ao procedimento conducente à elaboração do projeto de regulamento que aprova os termos e condições para a certificação de entidades formadoras habilitadas a ministrar os cursos de formação complementar em cadastro predial nos termos da Portaria n.º 380/2015, de 23 de outubro e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 4.º da referida portaria.
- 2) O Regime Jurídico de acesso e exercício da atividade profissional de cadastro predial aprovado pela Lei n.º 3/2015, de 9 de janeiro veio estabelecer as condições para o exercício da atividade de técnico de cadastro predial, impondo aos destinatários que se encontrem nas situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º a realização e conclusão com aproveitamento de um curso de formação complementar em cadastro predial.
- 3) Os conteúdos dos supra referidos cursos, as entidades habilitadas para ministrar aquela formação e os trâmites da sua certificação foram definidos na Portaria n.º 380/2015, de 23 de outubro, a qual veio prever, entre outras, uma certificação setorial, prescrevendo o n.º 2 do artigo 4.º que os cursos de formação complementar podem ser promovidos por entidades formadoras certificadas nos termos da Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro republicada pela Portaria n.º 208/2013, de 26 de junho, cabendo à Direção-Geral do Território (DGT) a respetiva certificação.
- 4) Este projeto insere-se ainda no âmbito da previsão do n.º 3 do artigo 7.º da Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, dele resultando a necessidade de definição dos requisitos específicos a observar na certificação das entidades formadoras habilitadas a ministrar cursos na área da formação complementar em cadastro predial.
- 5) O projeto de regulamento em preparação visa, assim, definir os termos específicos e as condições a observar na certificação de entidades formadoras, designadamente as

privadas, de modo a habilitá-las a ministrar os cursos de formação complementar em cadastro predial previstos na legislação setorial que regula estas matérias.

- 6) No prazo de 10 dias úteis contados da data de publicitação do presente anúncio, podem constituir-se como interessados e apresentar contributos ou sugestões no âmbito do referido procedimento, os particulares e as entidades que comprovem ser titulares de direitos e interesses legalmente protegidos nos termos previstos no n.º 1 do artigo 68.º do CPA.
- 7) A constituição como interessado no presente procedimento depende de declaração escrita nesse sentido e assinada, dirigida à Diretora-Geral do Território, sendo enviada preferencialmente para o endereço de correio eletrónico dirgeral@dgterritorio.pt ou remetida, por via postal, para a seguinte morada: Rua Artilharia Um, n.º 107, 1099-052-Lisboa ou por fax, através do n.º 213 819 699.
- 8) No pedido de constituição como interessado deve ser expressamente indicado o procedimento a que o mesmo se reporta, bem como o nome, o número de identificação fiscal, o número do Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão/Passaporte, a morada da residência/sede social, o endereço de correio eletrónico do interessado, se este existir, devendo a declaração a que se refere o ponto anterior conter ainda, se for o caso, o consentimento prévio para que as notificações no âmbito do presente procedimento se possam processar por correio eletrónico, nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 112.º do CPA.
- 9) Os contributos ou sugestões que venham a ser remetidas no âmbito da elaboração do regulamento devem ser dirigidos à Diretora-Geral do Território e enviados preferencialmente para o endereço acima identificado, fazendo referência expressa ao presente procedimento.

Lisboa, em 29 de março de 2019.

A Diretora-Geral do Território



Fernanda do Carmo